



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO

Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA

Número 92 / x (4ª)

Expeça-se

Publique-se

25109/2007

O Secretário da Mesa

Assunto: Paralisação da segunda fase do metro do Porto

Destinatário: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Em 21 de Maio de 2007, contra a opinião de muitos que, como o PCP, contestaram a decisão do Governo governamentalizar a empresa Metro do Porto, foi subscrito entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, representado pelo Ministro Mário Lino, e a Junta Metropolitana do Porto, representada pelo seu Presidente Rui Rio, um "memorando de entendimento" no qual também se incluía o "Programa de novos investimentos - 2ª fase do Sistema de Metro Ligeiro do Porto", o seu "Modelo de desenvolvimento" e o "Cronograma das acções a realizar".

Mais de dezasseis meses depois da mediática e pomposa cerimónia realizada com a presença do Primeiro-Ministro no Palácio do Freixo, mais de seis meses após a tomada de posse da nova administração governamentalizada, continuam a verificar-se grandes atrasos, são divulgados métodos de trabalho que, a confirmarem-se, revelam deficiências de participação e transparência, ouvem-se declarações de altos responsáveis do Governo da área das obras públicas que causam perplexidade quanto ao futuro e justificam enorme indignação.

Objectivamente, uma leitura do texto do "memorando", designadamente das partes atrás citadas permite concluir, sem lugar a qualquer controvérsia que:

1. **A 2ª fase do metro do Porto é constituída** pela ligação à Trofa, pela ligação a Gondomar (prolongamento Dragão-Venda Nova e ligação a Valbom); pelo prolongamento da ligação em Gaia, (entre S. João de Deus e Laborim), e pelo reforço de ligações



circulares nos concelhos de Matosinhos e do Porto (ponto 4.1 do “memorando”);

2. **A 2ª fase será desenvolvida, através de concurso público internacional** para subconcessão, em regime de parceria público-privada, **a lançar até Janeiro de 2008**, incluindo-se neste concurso a exploração e manutenção de toda a rede do metro construída até Abril de 2009;
3. Foram excluídas deste concurso a construção do prolongamento da ligação em Gaia, (entre S. João de Deus e Laborim), e a empreitada de construção do prolongamento Dragão-Venda Nova, em Gondomar, que apesar de incluídos na 2ª fase **deveriam ser objecto de concursos autónomos e separados, lançados até Janeiro de 2008 e até Setembro de 2007, respectivamente;**
4. **Se até Janeiro de 2008 não fosse viável “lançar o concurso referido e se perspectivar um atraso no seu lançamento superior a seis meses”, serão lançados concursos próprios de empreitada, seja para a ligação ISMAI-Trofa, seja para a “linha da zona ocidental do Porto, no caso de manter o traçado do actual projecto da linha da Boavista”(de Maio de 2007).**

Ora, é evidente e claro que:

- A. Só a empreitada de ligação entre S. João de Deus e Laborim avançou parcialmente, no troço previsto entre S. João de Deus e Santo Ovídio/Cedro (ponto 5,3 do “memorando”);
- B. Ainda que já tenha decorrido o concurso de construção do prolongamento Dragão-Venda Nova, para Gondomar, a respectiva adjudicação não foi ainda efectuada, tendo responsáveis governamentais afirmado recentemente que ela estará “por dias”...;
- C. **Nada mais do que está previsto no “memorando” avançou. Ao contrário do que anunciavam os pontos 5.1. e 6.2, nada foi concretizado relativamente ao “lançamento do concurso público internacional para atribuição, em regime de subconcessão, da construção da 2ª fase do sistema de metro ligeiro do Porto e da exploração e manutenção da totalidade da rede”, previsto no “memorando” para ser realizado até Janeiro de 2008;**
- D. Como se “verificou a impossibilidade de lançamento” deste concurso, até Janeiro de 2008, e também já foi largamente ultrapassada (em 50%) a margem máxima de atraso



admitida no “memorando” para o respectivo lançamento (ponto 6.3. do documento), a empresa **Metro do Porto deveria então ter já lançado, (no limite, em Julho passado), os concursos das empreitadas da linha ISMAI-Trofa e da linha da zona ocidental do Porto** (alíneas a) e b) do ponto 6.3. do “memorando”), **o que não ocorreu, nem há qualquer sinal que venha a ocorrer proximamente.**

Para além destes atrasos inaceitáveis, e da total ausência de explicações e justificações para os mesmos, foram produzidas afirmações muito graves pelo Presidente da Junta Metropolitana do Porto que, a serem confirmadas, mostram um funcionamento impróprio do actual Conselho de Administração da Metro do Porto. Segundo o que um militante do PS com funções de vereador na Câmara do Porto afirmou publicamente, e foi amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação social, a Comissão Executiva da Empresa do Metro do Porto estaria a “realizar novos estudos para a segunda fase da rede do metro”, facto que Rui Rio, não obstante ser membro do Conselho de Administração da Metro, afirmou desconhecer em absoluto, tendo acrescentado, de acordo com o que vem transcrito na Comunicação Social, que “os três elementos da Junta Metropolitana no Conselho de Administração da Metro não sabem rigorosamente nada”.

Finalmente **as declarações da Eng<sup>a</sup> Ana Paula Vitorino**, Secretária de Estado dos Transportes e os **desmentidos – reais ou virtuais - , mais recentes, do Eng<sup>o</sup> Mário Lino**, Ministro das Obras Públicas.

Disse então a Secretária de Estado, em completa contradição com o que consta no “memorando de entendimento” assinado pelo Ministro e o Presidente da Junta há mais de dezasseis meses, que “o arranque da expansão do metro está dependente de uma proposta global em análise”, deu como certo que na segunda fase da rede só seriam incluídas “linhas prioritárias”, em total arrepio do que se diz o “memorando”( mormente no ponto 4.1, acima citado). Ana Paula Vitorino considera a hipótese de não serem executadas todas as linhas previstas no “memorando” para a segunda fase, admitindo também alargar o cronograma da construção das linhas de metro porque “o país não tem dinheiro para tudo”. Simultaneamente, e **certamente para distrair as atenções do autêntico rasgar de um documento assinado com a presença do Primeiro-Ministro, a Secretária de Estado dos Transportes acenou com a hipotética miragem de, daqui a vinte ou trinta anos, se poder dispor de uma terceira fase da rede do metro do Porto!**

Há que colocar algum travão neste conjunto de dislates que objectivamente convergem numa clara posição do Governo contra o avanço atempado da construção da totalidade da 2<sup>a</sup> fase da



rede do metro incluída no “memorando” subscrito pelo Governo em Maio de 2007. Importa, portanto, que o Governo e em especial o Ministro das Obras Públicas, sem tibiezas, desmintam formalmente as infelizes afirmações produzidas pela Secretária de Estado, justifiquem de forma clara e sustentada os atrasos e omissões já evidentes no cumprimento do “memorando” e informem com rigor as populações que há muito aguardam pela concretização da segunda fase da rede – particularmente da Trofa e de Gondomar, mas também do Porto e Matosinhos – das datas (necessariamente muito próximas) de concretização dos concursos para a construção da rede.

Neste contexto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que através do **Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, sejam com urgência respondidas as seguintes perguntas:

1. Porque razão ou razões não foi cumprido o ponto 6.2 do “memorando” que prevê o lançamento, até Janeiro de 2008, do concurso público internacional para atribuição, em regime de subconcessão, da construção da 2ª fase do sistema de metro ligeiro do Porto e da exploração e manutenção da totalidade da rede?
2. Porque razão ou razões, não tendo sido respeitado o disposto neste ponto, o lançamento do concurso referido em 1. não foi efectuado nos seis meses imediatos, conforme estipula o ponto 6.3. do “memorando”?
3. E porque é que, não tendo sido ainda efectuado o lançamento deste concurso público global, se continuam a penalizar milhares e milhares de pessoas da Área Metropolitana do Porto (da Trofa, de Gondomar, de Gaia, do Porto e de Matosinhos), desrespeitando de forma completa e inaceitável o que prevêem as alíneas a) e b) do ponto 6.3. do “memorando”? Concretamente:
  - 3.1. Porque é que o Governo não deu instruções à Comissão Executiva da Metro do Porto – composta totalmente por membros por si nomeados - para avançar com o concurso autónomo da empreitada de construção da linha da Trofa, tal como se prevê na alínea a) do ponto 6.3. do “memorando”?
  - 3.2. Porque é que o Governo não deu instruções à Comissão Executiva da Metro do Porto para cumprir o “memorando”, avançando com o concurso autónomo da empreitada de construção da linha da zona ocidental do Porto (Boavista-Matosinhos Sul), tal como se



prevê na alínea b) do ponto 6.3 do citado "memorando"?

- 3.3. Considera aceitável que a Secretária de Estado dos Transportes invoque a alegada não realização de estudo de impacto ambiental em "metade da linha da Boavista" para atrasar inaceitavelmente, ou mesmo não construir, esta linha? Quando neste país, a propósito da realização de PINs bem controversos e ambientalmente predadores, se prescinde de estudos de impacto, entende o Governo que mais um qualquer campo de golfe é mais importante que a construção de uma linha de transporte público, ambientalmente sustentável e totalmente não poluente?
4. Como se explica a demora na adjudicação da obra de prolongamento da linha para Gondomar (ligação Dragão-Venda Nova)? Que problemas colocou o Ministério das Finanças para impedir que a adjudicação tivesse já avançado? Confirma-se o mau presságio da Secretária de Estado das Finanças ao dizer que "não há dinheiro suficiente" para avançar com esta e outras linhas da rede do metro do Porto?
- 4.1. Caso existam "esses problemas financeiros", tem ou não o Governo a noção que a rede de metro do Porto avançou pouco mais de 500 metros, em Gaia, desde o ano de 2006, isto é, em cerca de dois anos? E que, ao contrário do que há muito fora anunciado, nem sequer há um único dos veículos tram-train a operar na linha da Póvoa?
- 4.2. E como é que o Governo justifica a sua aposta prioritária no transporte público e o seu discurso de combate às assimetrias com esta inaceitável postura de continuar a não considerar o Metro do Porto como um projecto prioritário e de importância estratégica para a região e o País?
5. Quando é que o Governo pensa poder avançar com o que (neste momento deve restar) do "concurso global da segunda fase" que, (conforme diz o "memorando" e resulta das perguntas 3.1. e 3.2.), deverá agora limitar-se à construção da ligação para Valbom (Gondomar) e da ligação Santo Ovídio/Cedro até Laborim? Pensa o Governo avançar com este concurso de forma a permitir cumprir o ponto 5.4. do "memorando", isto é, que a partir de Abril de 2009, seja assegurada pela subconcessão a conservação das infra-estruturas abrangidas na 2ª fase, e a exploração e manutenção da totalidade do sistema (1ª e 2ª fases)?
6. Está o Governo em condições de confirmar ou desmentir que a Comissão Executiva da Metro do Porto não procedeu, nem ordenou, a realização de qualquer estudo ou projecto relativo à segunda fase, ou eventual terceira fase, da rede do metro do Porto sem ter




PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

dados prévios conhecimentos aos três membros não executivos do Conselho de Administração da Metro do Porto, nem tão pouco ter submetido tais decisões à prévia análise ou opinião desses representantes autárquicos?

Palácio de S. Bento, 25 de Setembro de 2008

Os Deputados:



(Honório Novo)



(Jorge Machado)